



04/05/2022

Número: **5001304-33.2022.8.13.0456**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Oliveira**

Última distribuição : **19/04/2022**

Valor da causa: **R\$ 5.044.366,86**

Assuntos: **Recuperação judicial e Falência, Administração judicial, Classificação de créditos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
MARCIO CECILIO SILVA E CIA LTDA (AUTOR)	
	KEITY OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) ANTONIO FRANGE JUNIOR (ADVOGADO)
MARCIO CECILIO SILVA E CIA LTDA (AUTOR)	
	KEITY OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) ANTONIO FRANGE JUNIOR (ADVOGADO)
Credores (Réu) (RÉU/RÉ)	

Outros participantes	
TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9450634506	04/05/2022 16:29	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de OLIVEIRA / 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Oliveira

PROCESSO Nº: 5001304-33.2022.8.13.0456

CLASSE: [CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

ASSUNTO: [Recuperação judicial e Falência, Administração judicial, Classificação de créditos]

AUTOR: MARCIO CECILIO SILVA E CIA LTDA e outros

RÉU/RÉ: Credores (Réu)

### DECISÃO

Vistos, etc&mldr;

**Márcio Cecílio Silva e Cia Ltda**, qualificada nos autos, requereu, com amparo no art. 47 e ss da Lei nº 11.101/05, os benefícios da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.

Expôs, de forma sucinta, seu histórico e seu modelo de trabalho, informando que em 2019 adquiriu veículos de grande porte com o objetivo de expandir seu negócio em novo segmento de atuação. Contudo, o faturamento da empresa não correspondeu ao que era esperado e a sociedade, em 2020, fez empréstimo para honrar compromissos anteriormente assumidos.

Disse a conjuntura levou a requerente a renegociar dívidas e contrair novos empréstimos, o que refletiu na estabilidade financeira da empresa. Fez, também, venda de veículos para pagar dívidas e atribuiu o infortúnio, também, à pandemia decorrente da COVID-19.



Não obstante, alegou que pretende, em curto prazo, retomar o crescimento da empresa, honrando seus compromissos, mantendo empregos e gerando renda.

Discorreu sobre o instituto da recuperação judicial, alegou que preenche os requisitos legais para o seu deferimento e defendeu a viabilidade da continuidade de sua atividade.

Pleiteou, liminarmente, que este juízo declare sua competência absoluta para julgar as ações expropriatórias do patrimônio da requerente, a suspensão dos apontamentos do seu nome junto aos órgãos de restrição ao crédito, a manutenção da posse dos bens necessários ao desenvolvimento de suas atividades, a suspensão das ações que envolvem a requerente e a dispensa de CND para desenvolver suas atividades.

**Sendo este o sucinto relatório, com os autos conclusos, fundamento e decidido.**

O instituto da recuperação judicial, conforme previsão do art. 47 da Lei 11.101/2005, se destina a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Para tanto, é indispensável que a requerente demonstre sua capacidade de reorganizar sua saúde financeira, o que, de início, se demonstra pelo preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da LFRJ.

No caso dos autos, a autora comprovou que iniciou suas atividades há mais de 30 (trinta) anos, oferecendo serviços de transporte, e juntou aos autos os documentos exigidos pela legislação.

Deve ser destacado que o relatório detalhado do passivo fiscal apresentado pela requerente só se refere aos débitos federais. Assim, necessária seria a apresentação das certidões negativas ou detalhamento do passivo com os demais entes.

Em relação aos bens, melhor seria a apresentação da relação acompanhada de descrição dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49. Contudo, considerando que a requerente informou que os contratos são os já apresentados, não há necessidade de complementação.

Deste modo, estando em termos a documentação exigida pela Lei 11.101/05, a requerente merece ter preservado o exercício de suas atividades empresariais, a fim de que possa continuar a cumprir a função social que lhe incumbe, razão pela qual DEFIRO o processamento da recuperação judicial.

Quanto aos pedidos liminares, tem-se que este juízo não alcança o sentido do pedido de “declaração de



competência absoluta”. Ora, a competência decorre de previsão legal e mesmo que este juízo tenha entendimento no sentido de que possui competência para determinado tema/ação, outro juízo pode não comungar do entendimento e haverá necessidade de o TJMG ou STJ resolver eventual conflito. Portanto, sem sentido prático o pedido formulado pela autora. Deve ser destacado que este juízo não desconhece a previsão legal de sua competência para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta decisão, o que, inclusive, será objeto desta decisão.

Em relação ao pedido de suspensão dos apontamentos do nome da requerente junto aos órgãos de restrição ao crédito, tem-se que não existe previsão legal para a referida suspensão, sendo que a jurisprudência é amplamente majoritária no sentido de indeferimento do pedido.

Neste sentido:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROTESTO DE TÍTULOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - POSSIBILIDADE - INSCRIÇÃO DA DEVEDORA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - CABIMENTO. O deferimento do processamento da recuperação judicial não tem o condão de impedir ou sustar a inscrição do nome da recuperanda nos órgãos de proteção ao crédito e os efeitos dos protestos dos créditos submetidos à recuperação. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.21.164846-4/001, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/12/2021, publicação da súmula em 16/12/2021)*

Outra não é a posição do STJ, cabendo trazer à baila o seguinte julgado:

*DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO DE PROCESSAMENTO. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. STAY PERIOD. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, MANTIDO O DIREITO MATERIAL DOS CREDORES. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES E TABELIONATO DE PROTESTOS. POSSIBILIDADE. EN. 54 DA JORNADA DE DIREITO COMERCIAL I DO CJF/STJ.*

*1. Na recuperação judicial, apresentado o pedido por empresa que busca o soerguimento, estando em ordem a petição inicial - com a documentação exigida pelo art. 51 da Lei n. 11.101/2005 -, o juiz deferirá o processamento do pedido (art. 52), iniciando-se em seguida a fase de formação do quadro de credores, com apresentação e habilitação dos créditos.*

*2. Uma vez deferido o processamento da recuperação, entre outras providências a serem adotadas pelo magistrado, determina-se a suspensão de todas as ações e execuções, nos termos dos arts. 6º e 52, inciso III, da Lei n. 11.101/2005.*

*3. A razão de ser da norma que determina a pausa momentânea das ações e execuções - stay period - na recuperação judicial é a de permitir que o devedor em crise consiga negociar, de forma conjunta, com todos os credores (plano de recuperação) e, ao mesmo tempo, preservar o patrimônio do empreendimento, o qual se verá liberto, por um lapso de tempo, de eventuais constrições de bens imprescindíveis à continuidade da atividade empresarial, impedindo o seu faticamento, além de afastar o risco da falência.*

*4. Nessa fase processual ainda não se alcança, no plano material, o direito creditório propriamente dito, que ficará indene - havendo apenas a suspensão temporária de sua exigibilidade - até que se ultrapasse o*



*termo legal (§ 4º do art. 6º) ou que se dê posterior decisão do juízo concedendo a recuperação ou decretando a falência (com a rejeição do plano).*

*5. Como o deferimento do processamento da recuperação judicial não atinge o direito material dos credores, não há falar em exclusão dos débitos, devendo ser mantidos, por conseguinte, os registros do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, assim como nos tabelionatos de protestos. Também foi essa a conclusão adotada no Enunciado 54 da Jornada de Direito Comercial I do CJF/STJ.*

*6. Recurso especial não provido. (REsp 1374259/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 18/06/2015)*

Deste modo, o indeferimento do pedido é medida que se impõe.

No que tange ao pedido de manutenção da posse dos bens necessários ao desenvolvimento de suas atividades, tem-se que o mesmo deve ser acolhido em razão da necessidade de proteção provisória dos ativos produtivos, próprios ou de terceiros, sobretudo neste período de crise financeira, de modo a possibilitar que a empresa possa se organizar e honrar com os compromissos perante credores, clientes, fornecedores e empregados.

Quanto ao pedido de suspensão das ações que envolvem a requerente, tem-se que o ajuizamento de ações e execuções em face da empresa, nesse período de turbulência, poderá lhe acarretar prejuízos irreparáveis, uma vez que afeta diretamente a sua capacidade de organização e planejamento financeiro. Além disso, a suspensão decorre de Lei (art. 6º, II da Lei 11.101/05).

No que se refere ao pedido de dispensa de CND para desenvolver suas atividades, tem-se que o pedido, igualmente ao anterior, já decorre de Lei (art. 52, II da Lei 11.101/05).

Deste modo, com o deferimento do processamento da recuperação judicial, adoto as seguintes providências:

1) - Nomeio como Administradora Judicial a Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral, com endereço profissional na Alameda Oscar Niemeyer, 1033, conjunto 424, torre 4, Vila da Serra; Nova Lima/MG.

Destaco que a administradora poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, de forma justificada, proposta de remuneração e de forma de pagamento, a qual será apreciada por este juízo, considerando o disposto no art. 24 da Lei 11.101/05. Com a apresentação da proposta, venham os autos conclusos.

2) - Intimar a nomeada para firmar termo de compromisso nos autos em 48 (quarenta e oito) horas, caso aceite a nomeação, com a imediata assunção de suas funções e deveres, observando-se as disposições previstas no artigo 22, I e II, da LFR; a Administradora Judicial poderá requerer a sua substituição na



condição de pessoa física pela empresa ou sociedade de advogados que indicar, o que fica antecipadamente deferido, independente de nova decisão, bastando tão somente a comunicação nos autos e as providências necessárias pela Secretaria Judicial.

**3) -** Dispensar a sociedade devedora da apresentação de certidões negativas para que exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

**4) -** Ressalvadas as ações previstas pelo artigo 6º, §§ 1º, 2º e 7º e pelo artigo 49, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.101/2005, ordeno a suspensão, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação da presente decisão, das ações e execuções contra a sociedade devedora, com exceção daquelas que não são abrangidas pelo plano, conforme previsão do parágrafo único do art. 71 da Lei 11.101/2005, cabendo à requerida fazer as comunicações aos Juízos competentes.

**5) -** Determino à devedora a apresentação de contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores e também a apresentação do plano de recuperação no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente decisão, sob pena de convalidação em falência, na forma dos artigos 53, 71 e 73, inciso II, da Lei nº 11.101/2005.

**6) -** Determino a intimação eletrônica do Ministério Público e eletrônica ou por correspondência das Fazendas Públicas Federal, Estadual, Distrital e Municipal em que o devedor possuir estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados.

**7) -** Expeça-se edital com os requisitos do artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, para fins de publicação no órgão oficial.

**8) -** Os credores têm o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital, para apresentar ao Administrador Judicial suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados (§ 1º, art. 7º, da Lei 11.101/2005). Somente após a publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.101/2005 (relação de credores apresentada pela Administradora Judicial), é que eventuais impugnações/habilitações de crédito deverão ser protocoladas em autos apartados, como incidente processuais, observando-se a forma estabelecida no artigo 9º da mesma Lei.

**9) -** Informe ao Registro Público de Empresas (JUCEMG) os termos da presente decisão.

**10) -** Mantenho a Requerente na posse de seus ativos produtivos, próprios ou de terceiros, utilizados ou ocupados pela empresa e essenciais à sua atividade produtiva, quais sejam, os descritos no “anexo I” da inicial. Se requerido, expedir ofícios a quem possa interessar sobre o que foi decidido neste item.



Intime-se.

OLIVEIRA, data da assinatura eletrônica.

ADELARDO FRANCO DE CARVALHO JUNIOR

Juiz(íza) de Direito

Avenida Maracanã, 280, Centro, OLIVEIRA - MG - CEP: 35540-000

